

Versão do documento em Português:

Declaração dos Agricultores Familiares, Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais¹, Camponeses, Afrodescendentes, Pastores e Pescadores Artesanais para a Cúpula Social do G20

[1] Nós, organizações representativas de agricultores familiares, povos indígenas, comunidades tradicionais, camponeses, afrodescendentes, pastores e pescadores artesanais, agradecemos ao governo brasileiro por abrir espaço para a participação ativa e autônoma dos movimentos sociais. Convidamos as futuras presidências do G20 a dar continuidade a essa iniciativa. Convidamos também os governos a estarem abertos ao diálogo e a acolherem as propostas dos movimentos sociais.

[2] Nós, organizações representativas de agricultores familiares, povos indígenas, comunidades tradicionais, camponeses, afrodescendentes, pastores e pescadores artesanais reunidos no Rio de Janeiro, dirigimo-nos aos Chefes de Estado e de Governo do G20 com uma mensagem clara: a agricultura familiar, camponesa, os Povos Indígenas e a agricultura agroecológica de base comunitária são a espinha dorsal da soberania alimentar, da biodiversidade e da sustentabilidade ambiental. No entanto, a nossa sobrevivência e prosperidade dependem de uma profunda mudança sistêmica no sistema alimentar global, na estrutura de produção capitalista e do reconhecimento e implementação dos Direitos Humanos por parte dos governos.

[3] Reafirmamos que os agricultores familiares, os povos indígenas, as comunidades tradicionais, os camponeses, os afrodescendentes, os pastores e os pescadores de pequena escala são responsáveis por mais de 80% dos alimentos produzidos a nível mundial, desempenhando um papel vital na soberania alimentar, na conservação da biodiversidade e na resiliência climática. Num mundo onde mais de 733 milhões de pessoas continuam subnutridas e mais de 2,8 mil milhões não têm acesso a dietas saudáveis, os nossos sistemas agrícolas e práticas produtivas, centrados na agroecologia e nos conhecimentos tradicionais, são essenciais para a construção de um sistema alimentar sustentável, justo e inclusivo.

[4] Exigimos que os quadros de direitos humanos, em particular a UNDRIP, a UNDROP e o Direito à Alimentação, sejam o ponto de partida e a base das negociações sobre alimentação, agricultura e política rural. Reconhecemos que o Comité das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial (CFS) é uma importante plataforma internacional de desenvolvimento de políticas para a articulação de diretrizes para abordagens baseadas em direitos para a governança do sistema alimentar. Os direitos humanos, laborais, civis, sociais, econômicos e culturais estão todos intrinsecamente relacionados e frequentemente coletivos e então não podem ser ignorados em espaços de governança global e pelos governos locais. Recordamos que qualquer decisão política, mecanismo de financiamento público ou iniciativa de desenvolvimento que não respeite o direito internacional dos direitos humanos acaba por minar as instituições sociais e políticas dos nossos países, em nosso

¹ Dado que não existe uma definição da ONU para comunidades locais, partilhamos aqui uma lista não exaustiva da lei brasileira (Decreto Nº 8. 750, de⁹ de maio de 2016) que criou o Comitê Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais: comunidades quilombolas; povos e comunidades de *terreiro/povos* e comunidades de matriz africana; povos ciganos; pescadores artesanais; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; *caiçaras*; *faxinalenses*; *benzedeiros*; *ilhéus*; *raizeiros*; *geraizeiros*; *caatingueiros*; *vazanteiros*; *veredeiros*; apanhadores de flores eternas; *pantaneiros*; *morroquianos*; pomeranos; apanhadores de mangaba; quebradeiras de coco babaçu; *retiros do Araguaia*; comunidades de *fundo e fecho de pasto*; *ribeirinhos*; *cipozeiros*; *andirobeiros*; *caboclos*. A maioria desses grupos se auto-considera como comunidades locais. No entanto, ressaltamos que sua representação nunca deve ser usada para minar os direitos dos Povos Indígenas

prejuízo coletivo. Apelamos ao pleno respeito do mandato dos relatores especiais da ONU em direitos humanos.

[5] Reconhecemos que a ONU é o único espaço legítimo de governança mundial, mas necessita de uma reforma profunda se for para cumprir a sua promessa de igualdade entre todas as nações. Em particular, o direito de veto dos cinco países no Conselho de Segurança deve ser abolido. A Assembleia Geral da ONU deve ser o espaço onde os Estados tomam as decisões. A captura corporativa dos organismos da ONU deve ser travada e os conflitos de interesses que envolvem empresas devem ser evitados. A democratização da ONU exige também uma reforma profunda para garantir uma participação ativa, autônoma e eficaz das organizações sociais que representam diferentes grupos representativos. O Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas no CFS constitui um modelo de participação justa nos espaços da ONU. Consideramos que o espaço do G20, enquanto clube dos 20 países mais ricos do mundo, não tem legitimidade para tomar decisões sobre o futuro da humanidade

[6] Relativamente as plataformas de governança das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura, consideramos que o CSA é o fórum político mais democrático, representativo e inclusivo, e desta forma deve ser reforçado. Além disso, afirmamos que a legitimidade política de qualquer plataforma política multilateral relacionado com a governação alimentar e agrícola assenta na participação inclusiva dos grupos representativos mais afectados pela fome, pela pobreza e pelas crises socioecológicas multifacetadas que afe tam o nosso mundo, para que defendam seus direitos e interesses. Consideramos a FAO como um importante organismo das Nações Unidas que apoia a implementação de ferramentas globais a nível regional e nacional com a participação ativa dos movimentos sociais, por exemplo, através da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (UNDAFF). Apelamos aos governos para que apoiem ativamente o UNDAFF para que possam cumprir o seu mandato. O FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola) é uma instituição importante que financia a implementação de políticas públicas para a agricultura familiar.

[7] Salientamos o impacto dramático das guerras e dos conflitos armados na alimentação da fome e condenamos veementemente a utilização da fome e da inanição como armas de guerra. Somos solidários com os povos da Palestina, do Líbano, do Sudão, do Iémen, da RDC, do Haiti, de Myanmar e dos países do Sahel, entre outros. Apelamos aos Estados para que deixem de vender armas às partes que estão cometendo genocídios e crimes contra a humanidade. Apelamos ao pleno respeito do direito internacional, particularmente as decisões do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ). Condenamos igualmente as guerras comerciais.

[8] Sublinhamos a necessidade urgente de lançar um novo processo global de reformas agrárias redistributivas, assegurando o direito à terra, à água e aos territórios a todos os sem-terra e pequenos produtores de alimentos. E especificamente para os povos indígenas, é fundamental implementar o artigo 26º da UNDRIP. As mulheres e os jovens devem receber atenção especial nas reformas agrárias, bem como a demarcação e proteção dos territórios dos Povos Indígenas. Parabenzamos o governo colombiano pela iniciativa de organizar a segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (ICARRD) em 2026. Agradecemos ao governo brasileiro por seu compromisso de longo prazo em apoiar o processo global de reformas agrárias. Instamos os governos a apoiar ativamente o processo rumo à ICARRD+20 e a desenvolverem políticas nacionais ambiciosas para a reforma agrária e outras políticas públicas para redistribuir a terra, as águas e os territórios, e para respeitar os direitos coletivos de posse da terra.

[9] Salientamos as consequências negativas para os pequenos produtores de alimentos dos acordos de comércio livre e de outras políticas neoliberais. É por isso que somos contra o acordo de comércio livre UE-MERCOSUL que, se assinado, terá consequências dramáticas para os pequenos produtores de alimentos na Europa e na América Latina. Apelamos aos Estados para que trabalhem em novos tipos de acordos comerciais baseados na soberania alimentar, nos direitos humanos, nos direitos trabalhistas, na proteção do meio ambiente e nos interesses dos pequenos produtores de alimentos. Os pequenos produtores de alimentos precisam de preços justos para conseguir um meio de vida digno. Para tal, as políticas públicas baseadas nos preços mínimos de apoio, na gestão da oferta, nas existências públicas e nos contratos públicos são instrumentos fundamentais para apoiar uma produção alimentar sustentável que seja acessível a todos os cidadãos. Qualquer acordo comercial deve basear-se na soberania alimentar e nos modos de vida dos povos.

[10] Ressaltamos que o respeito e a efetivação dos direitos dos agricultores familiares, povos indígenas, comunidades tradicionais, camponeses, afro-descendentes, pastores e pescadores artesanais requerem a promoção de investimentos públicos que possibilitem o acesso à terra, água, energia, saneamento, habitação rural, infraestrutura básica de apoio a produção, serviços, programas de educação para produtores, educadores, técnicos, consumidores e pesquisa pública. Essas são condições essenciais para que o meio rural tenha uma população engajada na produção de alimentos saudáveis e na preservação dos ecossistemas, oferecendo condições dignas de vida. As instituições ecumênicas de apoio às organizações que trabalham com Agroecologia e direitos territoriais nos países em desenvolvimento têm uma grande importância histórica para a construção do desenvolvimento rural de base sustentáveis e que deve ser reconhecida para continuar apoiando a sociedade civil, independente dos governos locais, a exemplo do que aconteceu no Brasil em recente período que ameaçou todos os direitos já conquistados.

[11] É fundamental considerar as mulheres como guardiãs da agroecologia e da sociobiodiversidade, garantindo seu direito de ter seus territórios, práticas e costumes de uso e manejo da biodiversidade formalmente reconhecidos. Também devem ser reconhecidas as suas atividades e papéis no núcleo das famílias e o seu apoio à participação dos jovens nas atividades agrícolas. As suas perspectivas e direitos devem ser incluídos nas políticas públicas, nos programas e no quadro jurídico.

[12] Exigimos políticas específicas aos agricultores familiares, aos povos indígenas, às comunidades tradicionais, aos camponeses, aos afro-descendentes, aos pastores e aos pescadores de pequena escala, especialmente através da implementação da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar. Estas políticas devem ser apoiadas através de financiamento público, por via da tributação relevante, em particular das empresas transnacionais. Em termos de política fiscal, destacamos a necessidade de rever as isenções fiscais aplicadas a pesticidas e processos que beneficiam exclusivamente o setor industrial. Em muitos países, essas políticas fiscais resultam em renúncias fiscais significativas, beneficiando predominantemente os grandes produtores e as monoculturas de *commodities*. Este tipo de incentivo contribui para o agravamento das alterações climáticas, da perda da biodiversidade para o aumento das desigualdades sociais e para a redução da segurança alimentar, especialmente das populações vulneráveis. É urgente rever as políticas fiscais para promover práticas agrícolas mais sustentáveis e inclusivas que apoiem forma justa os pequenos agricultores e fomentem a segurança alimentar mundial.

[13] Consideramos fundamental que o financiamento do governo em Extensão Rural² e na metodologia de conhecimentos de camponês para camponês seja considerado como uma política pública de Estado, garantindo que as políticas públicas cheguem efetivamente à agricultura familiar, especialmente às mulheres e aos jovens. A nível territorial, as ações de Extensão Rural podem apoiar a organização social voltada para o cooperativismo associativo e solidário, a comercialização, a produção de alimentos e o combate à fome, além de promover sistemas resilientes aos padrões da mudança do clima.

[14] A crise climática afeta desproporcionalmente as nossas comunidades. Convidamos os governos a se comprometerem com ações climáticas ambiciosas para limitar o aquecimento global a 1,5°C e a estabelecerem um Novo Objetivo Coletivo Quantificado para o financiamento do clima que dê prioridade aos mais vulneráveis e quem provenha apoio concreto às nossas comunidades para adaptação e mitigação climática. Não podemos aceitar que os fundos de financiamento climático continuem a beneficiar aqueles que historicamente contribuíram para a degradação do planeta.

[15] Condenamos a mercantilização da natureza e a apropriação dos recursos naturais. Exigimos respeito a os direitos dos agricultores, tal como consta do artigo 9.º do ITPGRFA e do UNDROP. Os governos não podem continuar a abordar as alterações climáticas ou as crises da perda de biodiversidade com falsas soluções, como o mercado do carbono ou as compensações de biodiversidade. Os agricultores familiares, os povos indígenas, as comunidades tradicionais, os camponeses, os afrodescendentes, os pastores e os pescadores de pequena escala precisam de acesso facilitado ao financiamento e apoio para uma transição agroecológica e energética capaz de reforçar a resiliência climática e restaurar os ecossistemas degradados. Nossos agricultores familiares, povos indígenas, comunidades tradicionais, camponeses e afrodescendentes precisam de apoio técnico e acesso a tecnologias sociais. Além disso, precisamos que os governos reconheçam os sistemas participativos de garantia.

[16] Apelamos aos governos para que implementem o bom funcionamento do Sistema Multilateral, seja no Tratado sobre os Recursos Fitogenéticos (ITPGRFA), seja na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), garantindo que o acesso às sementes - ou à sua informação digital - não possa conduzir a qualquer forma de direitos de propriedade intelectual sobre os produtos resultantes dessa adesão. É essencial garantir a possibilidade de conservar as sementes dos agricultores em bancos de germoplasma sem a ameaça da biopirataria. Tal só é possível através da aplicação dos artigos do ITPGRFA à informação digitalizada (denominada Informação de Sequência Digital). Recordamos igualmente a importância de facilitar o acesso dos agricultores e dos povos indígenas aos recursos fitogenéticos armazenados nos bancos de genes.

[17] Acreditamos que os governos, incluindo os do G20, devem manter um diálogo permanente com as organizações sociais, especialmente as que representam os pequenos produtores de alimentos, reconhecendo a sua autonomia e respeitando o papel de cada um. Exigimos que esta declaração não seja apenas mais uma resolução simbólica, mas um compromisso tangível e transformador. O nosso encontro histórico no Rio de Janeiro, Brasil, selou a nossa aliança para amplificar as nossas vozes em solidariedade e resistência, reafirmando o nosso direito inalienável de existir, prosperar e decidir sobre os nossos meios de subsistência e reprodução social.

² Extensão Rural é um serviço de educação não formal e contínuo que acontece em áreas rurais e visa: impulsionar economias locais, ajudar a aumentar a produção e desta forma a renda de produtores rurais, e contribui para a segurança alimentar. este programa é usado principalmente no Brasil.

Esperamos que esta cúpula marque um ponto de virada na luta por um planeta mais justo, sustentável e inclusivo para todas as gerações presentes e futuras.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2024.

Subscvem essa carta:

- Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil do Brasil no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condráf e no Comitê Permanente de Assuntos Internacionais - CPAI/Condráf*
- Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil do Brasil na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO*
- Food Sovereignty Alliance (AFSA), da Austrália.
- Confédération Paysanne, da França
- Coordenação Europeia da Via Campesina (ECVC), da União Europeia.
- Grupo Carta de Belém, do Brasil
- International Indian Treaty Council (IITC), da Guatemala
- Karnataka Rajya Raitha Sangha (KRRS), da Índia.
- Masifundise, da África do Sul
- Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe (MAELA), da Argentina
- Movimento Ciência cidadã (MCC), do Brasil
- Family Farm Coalition, dos Estados Unidos da América.
- Rede de Agroecologia do Maranhão (RAMA), do Brasil.
- Réseau des Organisations Paysannes et de Producteurs de l'Afrique de l'Ouest (ROPPA), de Mali
- URGENCI, do Japão e da China.
- World March of Women, da Turquia.

*Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil presentes no Condráf, no Comitê Permanente de Assuntos Internacionais - CPAI/Condráf e na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO:

- Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
- Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD)
- Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
- Articulação de Agroecologia da Amazônia (ANA Amazônia)
- Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
- Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (ASBRAER)
- Cáritas Brasileira
- Central Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Cenater)
- Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil)
- Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg)
- Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (Confrem)
- Confederação Nacional da Agricultura Familiar do Brasil (Conaf)
- Confederação Nacional de Municípios (CNM)
- Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar)

- Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf Brasil)
- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag)
- Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)
- Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip)
- Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa (Faser)
- Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social (FBSPG)
- Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis (FCT)
- Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana (FONSANPOTMA)
- Instituto Brasil Orgânico (IBO)
- Instituto Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância (Iceffas)
- Movimento Camponês Popular (MCP)
- Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)
- Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
- Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
- Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
- Pastoral da Juventude Rural (PJR)
- Rede Ater Nordeste de Agroecologia (Rede Ater-NE)
- Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP)
- Rede Cerrado
- Rede Ecovida de Agroecologia (Rede Ecovida)
- Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT)
- Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta)
- Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA)
- União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)
- União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab)

English version of the document:

Declaration of Family Farmers, Indigenous Peoples, Traditional Communities³, Peasants, Afro-descendants, Pastoralists and Small-Scale Fisher Folks at the G20 Social Summit

[1] We, representative organizations of family farmers, Indigenous Peoples, traditional communities, peasants, Afro-descendants, pastoralists and small-scale fisher folks thank the Brazilian government for opening the space for the active and autonomous participation of social movements. We invite future G20 presidencies to continue with this initiative. We equally invite governments to be open to dialogue and to welcome the proposals from social movements.

[2] We, representative organizations of family farmers, Indigenous Peoples, traditional communities, peasants, Afro-descendants, pastoralists and small-scale fisherfolk gathered in Rio de Janeiro, address the G20 Heads of State and Government with a clear message: family farming, peasant farming, Indigenous Peoples and community-based agroecological agriculture is the backbone of food sovereignty, biodiversity, and environmental sustainability. However, our survival and prosperity depend on deep systemic changes in the global food system and in the capitalist production structure, and on governments recognizing and implementing human rights.

[3] We reaffirm that family farmers, Indigenous Peoples, traditional communities, peasants, Afro-descendants, pastoralists and small-scale fisher folks are responsible for over 80% of globally produced food, playing a vital role in food sovereignty, biodiversity conservation, and climate resilience. In a world where more than 733 million people remain undernourished and over 2.8 billion lack access to healthy diets, our agricultural systems and productive practices, which are premised on agroecology and traditional knowledge, are essential for building a sustainable, just, and inclusive food systems.

[4] We demand that human rights frameworks, in particular the United Nations (UN) Declaration on the Rights of Indigenous Peoples (UNDRIP), the UN Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas (UNDROP) and the Human Right to Adequate Food and Nutrition, be the starting point and foundation of food, agriculture, and rural policy negotiations. We recognize that the UN Committee on World Food Security (CFS) is an important international policy-making forum for the development of guidelines for rights-based approaches to food system governance. Human, labor, civil, social, economic and cultural rights are all inherently related and often collective, and thus cannot be ignored by spaces of global governance and local governments. We recall that any policy decision, public financing mechanism, or development initiative that fails to uphold international human rights law ultimately undermines

³ Given that there is not a UN definition for local communities, we share here a non-exhaustive list of traditional communities from the Brazilian law (Decree Nº 8.750, 9th of May 2016) that created the National Committee of Traditional Peoples and Communities: quilombola communities; *terreiro* peoples and communities/peoples and communities of African origin; gypsy peoples; artisanal fishermen; extractivists; coastal and marine extractivists; *caiçaras*; *faxinalenses*; *benzedeiros*; *ilhéus*; *raizeiros*; *geraizeiros*; *caatingueiros*; *vazanteiros*; *veredeiros*; pickers of everlasting flowers; *pantaneiros*; *morroquianos*; pomerano people; mangaba pickers; babaçu coconut breakers; *retirados do Araguaia*; *fundo e fechos de pasto* communities; *ribeirinhos*; *cipozeiros*; *andirobeiros*; *caboclos*. Most of these groups are self-considered as local communities. However, we highlight that their representation should never be used to undermine the rights of Indigenous Peoples.

our countries' social and political institutions to our collective detriment. With is orientation, we call for the full respect of the mandate of the UN Special rapporteurs on Human Rights.

[5] We consider that the G20 space, as the club of the 20 richest countries in the world, has no legitimacy to make decisions about the future of humanity. We recognize that the UN is the only legitimate space for global governance, yet requires an in-depth reform if it is to fulfil its promise of equality among all nations. In particular, the right to veto of five Member States in the Security Council should be abolished. The UN General Assembly should be the primary space in which States take decisions. Furthermore the corporate capture of UN bodies should be stopped while conflicts of interest involving the private sector should be prevented. The UN needs to be democratized in such a way as to ensure the active, autonomous and effective participation of social organizations representing different constituencies. One exemplary model of meaningful and effective participation in a UN forum is the Civil Society and Indigenous Peoples Mechanism for relations with the CFS.

[6] We consider the CFS as the foremost democratic, representative, and inclusive policy forum for decision-making on food and agriculture governance, and should therefore be strengthened. Furthermore, we affirm that the political legitimacy of any multilateral policy platform related to food and agriculture governance is grounded in the inclusive participation of the constituencies most impacted by hunger, poverty, and the multifaceted socio-ecological crises impacting our world, so that they can advocate for their rights and interests. We consider the FAO to be an important UN agency that supports the implementation of global governance tools at regional and national level with active participation of social movements, for example through the UN Decade on Family Farming (UNDDFF). We urge governments to actively support the UNDDFF, so that it can comply with its mandate. The International Fund for Agricultural Development (IFAD) is an important institution to finance the implementation of public policies for family farming, and we call on IFAD to strengthen its programming focus on community-based, indigenous-led, peasant and agroecology programming.

[7] We highlight the dramatic impact of wars and armed conflicts on fuelling hunger, and we strongly condemn the use of starvation and hunger as weapons of war. We stand in solidarity with the people of Palestine, Lebanon, Sudan, Yemen, DRC, Haiti, Myanmar and the Sahel countries, among others. We urge states to stop selling weapons to the parties committing genocide and crimes against humanity. We call for the full respect of international law, particularly of the decisions of the International Court of Justice (ICJ). We equally condemn trade wars, which always impact the most vulnerable most severely.

[8] We stress the urgent need to launch a new global process for redistributive agrarian reforms, ensuring the right to land, water, and territories for all landless and small-scale food producers. For Indigenous Peoples, specifically, it is fundamental to implement article 26 of UNDRIP as a core component of these needed agrarian reform efforts. Women and youth should be given special attention in agrarian reforms, along with the protection of Indigenous Peoples' territories. We congratulate the Colombian government for the initiative to organize the second International Conference on Agrarian Reform and Rural Development (ICARRD) in 2026. We also thank the Brazilian government for its long-term commitment to support the global process for agrarian reforms. We urge governments to actively support the process towards ICARRD+20 and to develop

ambitious national policies for agrarian reform and other public policies to redistribute land, waters and territories, and to respect collective land tenure rights, as enshrined in the UN Declaration on the Rights of Peasants (UNDROP).

[9] We emphasize the negative consequences of free-trade agreements and other related neoliberal policies for small-scale food producers. This is why we are against the EU-MERCOSUR freetrade agreement, which, if signed, would have dramatic consequences for small-scale food producers in Europe and Latin America. We call on States to work on new kinds of trade agreements that are based on food sovereignty, human rights, labour rights, the protection of the environment, and the interests of small-scale food producers. Small-scale food producers need fair prices in order to achieve a decent livelihood. For this, public policies based on minimum support prices, supply management, public stock, and public procurement are key instruments to support sustainable food production that is accessible to all citizens. Trade agreements must be based on food sovereignty and peoples' livelihoods.

[10] We emphasize that respecting and implementing the rights of family farmers, Indigenous Peoples, traditional communities, peasants, Afro-descendants, pastoralists and small-scale fisher folks requires promoting public investments that enable access to land, water, energy, sanitation, rural housing, slaughterhouses, infrastructure, services, education programmes for producers, educators, technicians, consumers, and public research. This is essential for rural populations to engage in producing healthy food and preserving ecosystems, and in ensuring dignified living conditions. The funding institutions that support organizations working with agroecology and territorial rights in developing countries have a great historical importance for the construction of rural development and must be recognized in order to continue supporting civil society, regardless of local governments, as happened in Brazil in a recent period that threatened all the rights we have won.

[11] It is fundamental to consider women as guardians of agroecology and socio-biodiversity, guaranteeing their right to have their territories, practices and customs on biodiversity use and management regularized. Their activities and roles within families and their support in the participation of youth in agricultural activities also have to be acknowledged. Their perspectives and rights should be fulfilled in public policies, programmes and legal frameworks.

[12] We demand specific policies for family farmers, Indigenous Peoples, traditional communities, peasants, Afro-descendants, pastoralists and small-scale fisher folks, especially through the implementation of the UN Decade on Family Farming. These policies should be supported through public finance, via relevant taxation, particularly on transnational companies. In terms of tax policy, we highlight the need to review tax exemptions applied to pesticides and processes that exclusively benefit the industrial sector. In many countries, such fiscal policies result in significant tax waivers, predominantly benefiting large-scale producers and commodity monocultures. This type of incentive contributes to worsening climate change, increasing social inequalities, and worsening food security, especially among vulnerable populations. It is urgent that fiscal policies be reviewed to promote more sustainable and inclusive agricultural practices that fairly support small-scale farmers and foster global food security.

[13] We consider it essential that government funding in *rural extension*⁴ and in peasant-to-peasant knowledge-sharing be regarded as a national public policy, ensuring that public policies effectively reach family farms, and especially women and youth. At the territorial level, rural extension actions can support social organization focused on associative and solidarity-based cooperatives, marketing, food production, and fighting hunger, as well as promoting climate-resilient systems.

[14] The climate crisis disproportionately impacts our communities. We urge governments to commit to ambitious climate actions to limit global warming to 1.5°C and establish a New Quantified Collective Goal for climate finance that prioritizes the most vulnerable and provides concrete support to our communities for adaptation and mitigation. We cannot accept that climate finance funds continue to benefit those who have historically contributed to the planet's degradation.

[15] We condemn the commodification of nature, and the grabbing of natural resources. We call for the respect of farmers' rights, as it stands in article 9 of International Treaty on Plant Genetic Resources for Food and Agriculture (ITPGRFA) and UNDRIP. Governments cannot continue to address climate change or biodiversity crises with false solutions, such as carbon market or biodiversity offsets. Family farmers, Indigenous Peoples, traditional communities, peasants, Afro-descendants, pastoralists and small-scale fisher folks need facilitated access to financing and support for an agroecological and energy transition capable of strengthening climate resilience and restoring degraded ecosystems. Our family farmers, Indigenous Peoples, traditional communities, peasants, and Afro-descendants require technical support and access to social technologies. In addition, we need governments to recognize participatory guarantee schemes.

[16] We call on States to implement the proper functioning of the Multilateral System, whether in the ITPGRFA or in the Convention on Biological Diversity (CBD), ensuring that access to seeds -and their digital information – does not lead to any form of intellectual property rights in products resulting from that accession. It is essential to ensure the possibility of conserving farmers' seeds in germplasm banks without the threat of biopiracy. This is only feasible through the implementation of the ITPGRFA articles on digitized information (Digital Sequence Information). We also recall the importance of facilitating farmers' and Indigenous Peoples' access to plant genetic resources that is stored in gene banks.

[17] We believe that governments, including those of the G20, must maintain an ongoing dialogue with social organizations, especially those representing small-scale food producers, respecting each other's role, and recognizing the autonomy of the latter. . We demand that this declaration be not just another symbolic resolution but a tangible and transformative commitment. Our historic gathering in Rio de Janeiro, Brazil, has consolidated our alliance to amplify our voices in solidarity and resistance, reaffirming our inalienable right to exist, thrive, and decide on our livelihoods and social reproduction means.

⁴ *Rural extension* is a non-formal, ongoing education service that takes place in rural areas and aims to boost local economies, helping to increase production and thereby farmers' incomes, and contributing to food security and safety. This programme is mainly used in Brazil.

We hope that this summit marks a turning point in the struggle for a fairer, more sustainable, and inclusive planet for all present and future generations.

Rio de Janeiro, November 14, 2024.

Subscribe to this declaration:

- Brazilian Social Movements and Civil Society Organizations members of the National Council for Sustainable Rural Development – Condraf and the Permanent Committee on International Affairs - CPAI/Condraf*
- Brazilian Social Movements and Civil Society Organizations members of the National Commission for Agroecology and Organic Production - CNAPO*
- Food Sovereignty Alliance (AFSA), Australia.
- Confédération Paysanne, France
- Coordenação Europeia da Via Campesina (ECVC), European Union.
- Grupo Carta de Belém, Brazil
- International Indian Treaty Council (IITC), Guatemala
- Karnataka Rajya Raitha Sangha (KRRS), India.
- Masifundise, South Africa
- Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe (MAELA), Argentina
- Movimento Ciência Cidadã (MCC), Brazil
- Family Farm Coalition, USA.
- Rede de Agroecologia do Maranhão (RAMA), Brazil.
- Réseau des Organisations Paysannes et de Producteurs de l'Afrique de l'Ouest (ROPPA), Mali.
- URGENCI, Japan and China.
- World March of Women, Turkey.

* Brazilian Social Movements and Civil Society Organizations members of Condraf, CPAI/Condraf and CNAPO:

- Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
- Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD)
- Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
- Articulação de Agroecologia da Amazônia (ANA Amazônia)
- Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
- Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (ASBRAER)
- Cáritas Brasileira
- Central Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Cenater)
- Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil)
- Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg)
- Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (Confrem)
- Confederação Nacional da Agricultura Familiar do Brasil (Conaf)
- Confederação Nacional de Municípios (CNM)

- Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar)
- Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf Brasil)
- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag)
- Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)
- Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip)
- Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa (Faser)
- Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social (FBSPG)
- Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis (FCT)
- Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana (FONSANPOTMA)
- Instituto Brasil Orgânico (IBO)
- Instituto Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância (Iceffas)
- Movimento Camponês Popular (MCP)
- Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)
- Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
- Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
- Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
- Pastoral da Juventude Rural (PJR)
- Rede Ater Nordeste de Agroecologia (Rede Ater-NE)
- Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP)
- Rede Cerrado
- Rede Ecovida de Agroecologia (Rede Ecovida)
- Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT)
- Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta)
- Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA)
- União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)
- União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab)